



## **CONTABILIDADE RURAL: APOIO E CONTROLE PARA O PROCESSO DE GESTÃO DAS EMPRESAS RURAIS DE PEQUENO PORTE DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ-GO**

|   |  |
|---|--|
| Nome                                    | Najla Kauara Alves do Vale   |
| Instituição/Afiliação                   | Instituto Federal Goiano - Campus Iporá  |
| País                                    | Brasil   |
| Resumo da Biografia                     | Graduada em ciências contábeis, mestrado em agronegócio-UFG, docente do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá. |
| Contato principal para correspondência. |  |

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Nome                  | Kauara Lais Jesus Silva  |
| Instituição/Afiliação | Instituto Federal Goiano Campus Iporá                          |
| País                  | Brasil   |
| Resumo da Biografia   | Graduanda do curso de tecnologia em agronegócio, campus Iporá. |

### **RESUMO**

A contabilidade rural tem a finalidade de auxiliar no apoio, planejamento, controle e na tomada de decisões relacionadas à gestão das empresas rurais, entretanto nas empresas rurais de pequeno porte a falta de conhecimento técnico e noções de gestão financeira são um entrave à utilização dessa ferramenta. O presente trabalho visa identificar se a contabilidade rural é utilizada como instrumento de gestão pelas empresas rurais de pequeno porte na microrregião de Iporá-GO. Para fundamentar a análise, utilizou-se de pesquisas bibliográficas destinadas a levantar as informações sobre o sistema contábil e a apuração dos relatórios financeiros. A metodologia, por conseguinte, caracteriza-se como exploratória, com abordagem quantitativa e análise de dados primários, coletados através de entrevistas. O universo da pesquisa constituiu-se de 94 estabelecimentos rurais. A análise dos resultados permite inferir que a maioria das empresas rurais de pequeno porte utiliza a contabilidade para prestar informações ao fisco rurais, há uma deficiência no controle financeiro e na apuração do lucro líquido mensal das atividades, essa situação revela um extenso objeto de estudo na área, devido à necessidade de implementação e monitoramento financeiro nessas empresas.

**Palavras-chaves:** Contabilidade rural. Tomada de decisão. Registros contábeis.

### **1 INTRODUÇÃO**

Com o advento do processo de modernização do setor agropecuário as propriedades rurais passaram por mudanças significativas como a dinamização do ambiente econômico, aumento da concorrência e o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, assim as empresas rurais têm enfrentado um processo ininterrupto de mudanças econômicas e tecnológicas, exigindo dos gestores uma maior eficiência dos recursos produtivos e financeiros.

Toda e qualquer atividade rural deve ser vista como empresa e o produtor como um empresário, conseqüentemente, realizar os registros contábeis proporciona ao gestor informações para auxiliar na tomada de decisão, configurando-se como um diferencial competitivo, em virtude dos benefícios advindos das informações sobre receitas, custos e despesas de cada atividade desenvolvida nas empresas rurais (KAY; EDWARDS; DUFFY, 2014).

Assim, a contabilidade rural torna-se ferramenta de apoio, planejamento e controle das atividades agropecuárias, para a tomada de decisão e o gerenciamento dos recursos financeiros. A gestão financeira é um dos pilares da sobrevivência econômica das empresas rurais, devido à apuração da situação patrimonial líquida, proveniente do total do Ativo menos o total do Passivo, ou seja, é a diferença entre os valores positivos e negativos do patrimônio (SEVERO; TINOCO; OTT, 2017).

A contabilidade tem a finalidade de demonstrar a situação financeira da empresa, auxiliando os gestores na tomada de decisão, através dos relatórios como o balanço patrimonial, demonstração de resultados, situação patrimonial líquida e controle de caixa. Diversas tecnologias surgiram no mercado com vistas a facilitar o monitoramento da produção, porém, essa nova era tecnológica não melhorou o sistema de gestão nas empresas rurais, principalmente nas de pequeno porte, devido o desconhecimento dos proprietários e a precariedade dos sistemas de controles gerenciais (CLEMENTE et al., 2010).

A gestão nas empresas rurais de pequeno porte é caracterizada pela escassez de relatórios formais e as decisões financeiras são embasadas apenas na experiência e na intuição (CLEMENTE et al. 2010) sendo necessário o desenvolvimento de pesquisas que demonstrem a utilização da contabilidade como instrumento de apoio para a análise e a gestão dos resultados das atividades desenvolvidas no meio rural (CALGARO E FACCIN., 2012).

Corroborando com esta ideia Kruger et al. (2014) ressaltam que a inexistência de relatórios financeiros ocorre pela falta da obrigação desses registros pelos produtores rurais, os quais podem declarar sua receita através da declaração do imposto de renda pessoa física, logo, a não exigência fiscal e tributária pode interferir na busca pela utilização da contabilidade como instrumento de gestão.

A gestão contábil nas empresas rurais de pequeno porte contribui para minimizar as incertezas e variações abruptas no que diz respeito à gestão do capital, garantindo a assertividade de decisões viabilizadoras de benefícios, uma vez que essas empresas estão sujeitas a escassez de recursos monetários, assistência técnica e baixa expectativa de renda. O número elevado de propriedades e a instabilidade econômica do País são justificativas

plausíveis para a busca de melhorias no que tange à administração das propriedades (GODINHO et al., 2013)

Diante dessa necessidade aumentou o volume de estudos direcionados à produção agropecuária, toda e qualquer empresa rural independente do seu tamanho ou segmento, pode utilizar as ferramentas de gestão financeira. Muitos produtores enfrentam dificuldades no processo de gestão, o que acaba causando a ineficiência financeira do sistema produtivo como: endividamento, dificuldades no controle de caixa, falta de controle de estoques e alterações na estrutura do patrimônio líquido (SEVERO; TINOCO; OTT, 2017).

O objetivo do presente trabalho foi identificar a utilização da ferramenta contábil como instrumento de apoio e gestão pelas empresas de pequeno porte na microrregião de Iporá-GO, investigando os registros de controle autonomia patrimonial, conhecimento de resultados e finalidade da contabilidade. A pesquisa é relevante devido à importância da temática para o setor rural. O estudo se justifica pela importância de averiguar o uso das informações contábeis como instrumento de apoio ao processo decisório pelos estabelecimentos rurais, visando o controle e o planejamento das atividades desenvolvidas, mensuração e análise dos resultados, levantando informações sobre as necessidades da aplicação, conscientização, capacitação dos produtores, e do aprimoramento do uso da contabilidade rural como instrumento de gestão, para que de fato atenda às necessidades decisórias desses produtores e fortaleça a sobrevivência e competitividade dessas organizações rurais.

## **2 MARCO CONCEITUAL**

### **2.1 Contabilidade rural nas propriedades de pequeno porte**

Qualquer atividade, sendo ela rural ou não, tem a necessidade de manter os registros financeiros. A grande maioria dos gestores rurais só utiliza a contabilidade para fins fiscais, entendendo-a como assunto para contador. Porém, contabilidade visa fornecer informações referentes à variação da composição de bens, direitos e obrigações (patrimônio), e detalhes sobre a apuração do lucro ou prejuízo do período. A Contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica das empresas, mesmo nas transações comerciais mais simples é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros (CREPALDI, 2011).

A função de um gestor rural é planejar, controlar, avaliar e tomar decisão referente à atividade desenvolvida, com vistas ao sucesso do empreendimento (SANTOS, MARIONS E

SEGATTI, 2009). No planejamento é necessário determinar os métodos e os tipos de controle necessários, bem como o tipo de administração que a empresa adotará, estabelecendo metas, identificando a quantidade e qualidade dos recursos e todas as possíveis alternativas (KAY; EDWARDS; DUFFY, 2014).

Os registros financeiros proporcionam ao gestor monitorar o negócio e averiguar se a atividade está gerando lucros ou prejuízos, oferecendo dados para a análise comercial, viabilidade de novos investimentos e para a declaração do imposto de renda (CALGARO; FACCIN, 2012), há várias escolhas e opções dos sistemas de registros contábeis, o melhor sistema dependerá do tamanho do negócio, forma de organização empresarial, capital inicial e a exigência da utilização das demonstrações contábeis. Os registros diários podem ser obtidos através de *softwares*, específicos ou de forma mais simplificada como simples anotações em cadernos, livro movimento caixa, planilhas eletrônicas e cadernetas (KAY; EDWARDS; DUFFY, 2014).

Segundo Marion (2012) as atividades rurais possuem especificidades do sistema produtivo devido à vulnerabilidade do setor rural às intempéries da natureza, sazonalidade da produção, ciclo operacional e flutuações do mercado. O exercício social de uma empresa rural é diferente do ano fiscal, muitas vezes há falta de capacitação e assessoramento técnico para compreender esse processo em razão da variação da atividade, que se concentra em determinados períodos do ano, dificultando sua avaliação de desempenho.

Segundo a Lei 8.023, de 12 de Abril de 1990, em seu art.2º:

É considerada atividade rural, práticas como: a agricultura, a pecuária, a extração e exploração vegetal e animal. Sendo assim, produtores de soja, de milho ou de algodão, bovinocultores de corte ou de leite, pecuaristas que fazem cria e recria de animais para comercialização de matrizes, piscicultores, apicultores, suinocultores e outros que de alguma forma exploram a terra ou outras culturas anuais, enquadram-se nas atividades rurais.

A legislação não obriga os produtores rurais (pessoa física) a terem os mesmos registros que uma pessoa jurídica, os registros requisitados são os mais básicos como o livro caixa, porém essa forma de controle é muito simplificada, com base nessa premissa Marion (2012) ressalta que a contabilidade rural tem o escopo de aferir o desempenho econômico-financeiro da atividade, apoiar e orientar no planejamento da produção, comercialização, realização de novos investimentos e controle das operações (CREPALDI, 2011).

## **2.2 Eficiência dos relatórios financeiros nas empresas rurais de pequeno porte**

São caracterizados como produtores rurais aqueles que exercem atividade econômica intrínseca à exploração de certos processos biológicos. Nessa perspectiva, todo imóvel que desenvolva alguma atividade econômica rural pode ser considerado uma empresa. Segundo Marion (2012) a atividade empresarial é identificada pelo exercício da atividade econômica, atividade organizada e exercício praticado de forma habitual e sistemática. O artigo 966 do Código Civil define empresário como sendo “aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.

Borilli et al. (2005) afirma que a empresa rural tem a finalidade de gerar riqueza, prover fonte de renda ao produtor e sua família, através do desenvolvimento de atividades produção, prestação de serviço e circulação de bens, dada essas características as propriedades rurais podem ser consideradas como empresas rurais. Quanto ao porte a Lei nº 8.629, em seu art. 4º, inc. II, alínea *a*, define que o imóvel rural de pequeno porte é aquele cuja área é de até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento.

As empresas rurais são mais vulneráveis as flutuações do mercado, então o gerenciamento do seu patrimônio, definido por Crepaldi (2011) como o “conjunto de bens, direitos e obrigações, à disposição de uma pessoa jurídica, ou pessoa física, necessários ao atendimento de seus objetivos”, deve ser eficiente. De acordo Café e Brascher (2016) o acompanhamento financeiro da empresa rural pode ser realizado através de planilhas, programas ou aplicativos, com a execução de relatórios contábeis mais simples como controle de caixa, controle das receitas, despesas, custos, apuração das situações econômicas e mais complexas como o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Realizando o controle de caixa o empresário rural tem condições de verificar as receitas e despesas ocorridas no período e, conseqüentemente decidir sobre o melhor momento da compra, venda e novos investimentos. Segundo Alencar e Pires (2014) o controle do caixa, por exemplo, favorece a tomada de decisão na propriedade e a elevação da quantidade e da qualidade produzida, facilitando a eficiência financeira da propriedade rural através dos registros diários ou mensais.

A geração de receitas em uma empresa decorre da venda de bens e da prestação de serviços, e podem ser representadas pelas contas: aluguéis ativos, descontos obtidos, juros ativos, receitas de serviços, vendas de mercadorias e imobilizados, as despesas provêm o consumo de bens e da utilização de serviços, ou seja, as despesas são os gastos feitos com o cunho de manter a atividade produtiva, e também obter receitas (SILVEIRA et al., 2013; KAY; EDWARDS; DUFFY, 2014).

Segundo Crepaldi (2011) o patrimônio pode apresentar três situações líquidas:

- a) Situação Líquida Positiva, Favorável ou Superavitária;
- b) Situação Líquida Negativa, Desfavorável ou Deficitária;
- c) Situação Líquida Nula, ou Compensada.

A primeira situação ocorre quando o Ativo é maior que o Passivo, ou seja, quando os bens e direitos superam o valor das obrigações de tal forma que, seja possível quitá-las e ainda assim, sobrar dinheiro. A segunda situação acontece quando o Passivo é maior que o Ativo, isto é, quando as obrigações superam o valor dos bens e direitos de modo que, é impossível quitá-las e muito menos sobrar dinheiro, o quer dizer que, nesta situação o indivíduo/empresa fica em estado devedor. A terceira situação acontece quando o valor dos bens e direitos se iguala às obrigações, não existindo então riqueza efetiva.

O Ativo é composto pelos bens e direitos, que constituem a parte positiva do patrimônio. O Passivo é composto pelas Obrigações e Capital Próprio, que constituem a parte negativa, sendo os compromissos que a pessoa ou entidade assume para com terceiros, e também o capital próprio. As contas patrimoniais representam bens, direitos e obrigações (CREPALDI, 2011).

Segundo o art.178 da Lei 6.404/76 o Balanço Patrimonial é uma das demonstrações financeiras que deve exprimir, com clareza, a situação do patrimônio da empresa, num dado momento. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. No início do exercício a empresa apresenta um Balanço Inicial, mas no final do exercício é necessário realizar outro balanço, confrontando todas as despesas e receitas que pertencem a determinado período de tempo, através da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

DRE é o relatório que apresenta, de forma resumida, as operações realizadas pela empresa durante o exercício social, culminando com o resultado líquido do período, conforme preceitua o art.187 da Lei 6.404/76. Com a análise do balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício é possível verificar a situação da empresa sob os mais diversos enfoques, tais como a avaliação da estrutura de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros e retorno de investimentos (SANTOS, MARIONS E SEGATTI, 2009).

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa exploratória, uma vez que é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Cervo, Bervian e da Silva (2007) descrevem que a pesquisa exploratória:

[...] não requer a elaboração de hipótese a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias.

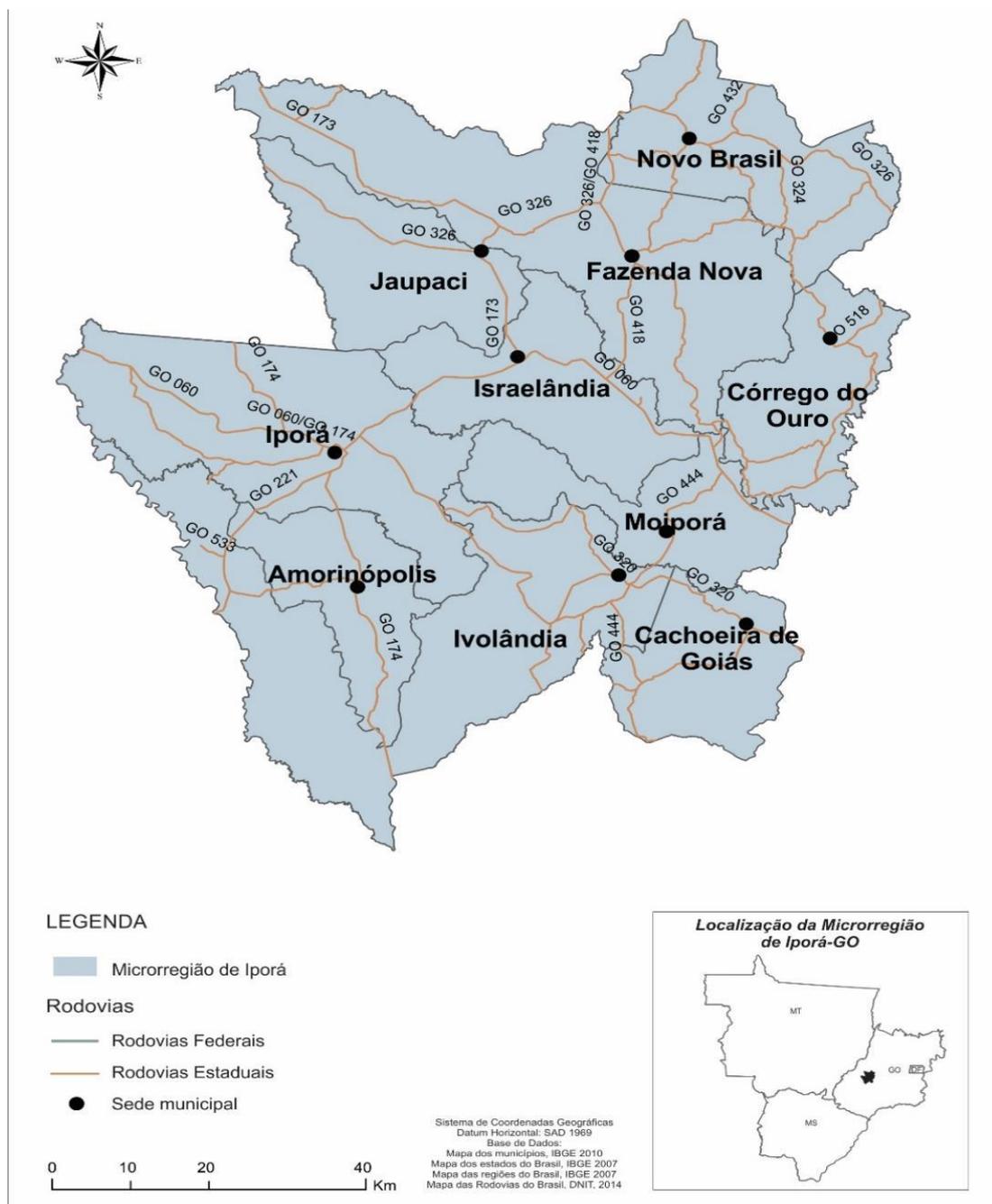
Da mesma forma, é uma pesquisa descritiva porque expõe características de determinada situação. De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007) a pesquisa descritiva “busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas”.

O delineamento da pesquisa é de caráter quantitativo, Corrêa (2013) descreve a abordagem quantitativa está relacionado ao emprego de recursos e técnicas estatísticas que visem quantificar os dados coletados. No desenvolvimento da pesquisa de natureza quantitativa devem-se formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação. A pesquisa foi de natureza aplicada, pois procura produzir conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos.

Realizou-se a pesquisa de campo com entrevista padronizada ou estruturada. Segundo Marconi e Lakatos (2010) o motivo da padronização foi à obtenção de respostas dos entrevistados, permitindo que todas elas sejam comparadas no mesmo conjunto de perguntas. A entrevista fornece uma amostragem melhor da população, podendo ser utilizada com todos os seus segmentos: analfabetos ou alfabetizados. O universo da pesquisa constituiu-se de 94 empresas rurais de pequeno porte, localizada na microrregião de Iporá, a coleta de dados ocorreu no período de fevereiro a julho de 2017. A análise dos dados primários foi realizada de forma descritiva apresentando a frequência relativa e absoluta dos dados coletados.

A figura 1 expressa o território da microrregião de Iporá-GO, localizada na região Centro-Oeste do estado de Goiás.

**Figura 1:** Mapa da Localização da microrregião de Iporá no Estado de Goiás e dos municípios que compõem a microrregião de Iporá.



Fonte: Sousa, 2016.

A microrregião de Iporá abrange os municípios de Amarinópolis, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá e Novo Brasil, ocupando uma área territorial de 7.074,21 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), possui uma população total de 59.086 habitantes dessa população 79,8% residem na zona urbana e 20,2% na zona rural (INSTITUTO MAURO BORGES, 2014).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 mostra os resultados da autonomia patrimonial das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em julho de 2007, os dados desta tabela permite inferir se há segregação do patrimônio da empresa com o particular.

Tabela 1 – Autonomia patrimonial das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017.

| <b>Alternativas</b> | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| Sim                 | 21                         | 22,34%                     |
| Não                 | 73                         | 77,65%                     |
| <b>Total</b>        | <b>94</b>                  | <b>100%</b>                |

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Nota-se que 77,65% dos gestores rurais não realizam segregação do patrimônio particular com o patrimônio da empresa rural, apenas 22,34% relatam ter esse controle. Isso não está em consonância com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 750,<sup>1</sup> que dispõe sobre o princípio da entidade, o qual reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e distingue a autonomia patrimonial, através da necessidade da distinção de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes. Nessa acepção, o patrimônio particular não se confunde com o patrimônio do empreendimento rural.

A tabela 2 demonstra o faturamento bruto mensal das empresas de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO.

Tabela 2 – Faturamento bruto mensal das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017.

| <b>Alternativas</b>         | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Até 1 salário mínimo        | 30                         | 31,9%                      |
| Até 2 salários mínimos      | 40                         | 42,6%                      |
| Até 3 salários mínimos      | 16                         | 19,1%                      |
| Acima de 3 salários mínimos | 6                          | 6,44%                      |
| <b>Total</b>                | <b>94</b>                  | <b>100%</b>                |

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Segundo os dados da tabela 2, 42,6% das empresas rurais tem um faturamento bruto de até dois salários mínimos mensais, 31,9% destas empresas tem o faturamento de até um salário mínimo, 19,1% até 3 salários mínimos e apenas 6,44% apresentam um faturamento acima de 3 salários mínimos.

---

<sup>1</sup> CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre os princípios de contabilidade. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>.

A Tabela 3 evidencia a frequência e formato do controle de despesas e custos das atividades agropecuárias das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017, para o desenvolvimento da gestão em propriedades rurais o simples controle das despesas e custos proporciona uma análise direta das atividades e produtos, salientando o que realmente é rentável para a empresa.

Tabela 3 – Frequência e formato do controle de despesas e custos das atividades agropecuárias das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017.

| <b>Alternativas</b> | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| Sim                 | 22                         | 23,4%                      |
| Não                 | 72                         | 76,6%                      |
| <b>Total</b>        | <b>94</b>                  | <b>100%</b>                |

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Observa-se que 76,6% das empresas rurais pesquisadas não realizam controle de despesas e de custos, apenas 23,4% têm um controle das despesas e custos. Para o desenvolvimento da gestão em propriedades rurais o simples controle dos custos e despesas proporciona melhor desempenho do empreendimento, figurando como processo fundamental para a gestão da empresa rural de pequeno porte, pelo conhecimento dos gastos após a apuração dos custos de produção.

Na tabela 4 é possível identificar a frequência e formato de controles financeiros realizado nas empresas rurais de pequeno.

Tabela 4 – Frequência e formato do controle financeiro das atividades agropecuárias das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017.

| <b>Alternativas</b>  | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Realiza controle financeiro das atividades diariamente             | 8                          | 8,51%                      |
| Não realiza nenhum controle financeiro das atividades              | 43                         | 45,74%                     |
| Mantém anotações simples para o controle financeiro das atividades | 38                         | 40,43%                     |
| Não responderam  | 5                          | 5,32%                      |
| <b>Total</b>   | <b>94</b>                  | <b>100%</b>                |

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Conforme apresentado na Tabela 4, 45,74% dos produtores não realizam nenhum controle financeiro das atividades, 40,43% deles mantêm apenas anotações simples das

receitas e despesas da propriedade, apenas 8,51% realizam controles financeiros diariamente e 5,32% não responderam a pergunta. Os controles financeiros são a melhor fonte de informações para tomar de decisões atuais e futuras, a sua inexistência dificulta esse processo.

A Tabela 5 é possível averiguar se os gestores conhecem os custos das atividades desenvolvidas nas empresas rurais

Tabela 5 – Conhecimento dos custos das atividades desenvolvidas nas empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017.

| <b>Alternativas</b> | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| Sim                 | 74                         | 78,7%                      |
| Não                 | 20                         | 21,3%                      |
| <b>Total</b>        | <b>94</b>                  | <b>100%</b>                |

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

A partir da análise observa-se que 78,7% dos gestores conhecem os custos das atividades e 21,3% dizem não conhecer os custos das atividades desenvolvidas pela empresa. Conforme evidenciado na tabela 4, 45,74% dos produtores não realizam nenhum controle financeiro das atividades, entretanto os dados da tabela 5 evidenciam a conhecimento dos custos, essa situação denota que vários gestores gerenciam a sua atividade com base na experiência e no conhecimento adquirido através do desenvolvimento das atividades.

A tabela 6 demonstra se os gestores tem conhecimento sobre o lucro das atividades

Tabela 6 – Conhecimento sobre o lucro líquido mensal das atividades na percepção dos gestores nas empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017.

| <b>Alternativas</b> | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| Sim                 | 40                         | 42,55%                     |
| Não                 | 54                         | 57,44%                     |
| <b>Total</b>        | <b>94</b>                  | <b>100%</b>                |

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Nota-se que 57,44% dos gestores admitem não conhecer o lucro líquido mensal de suas atividades, esse desconhecimento acarreta na e 42,55% dizem ter pleno conhecimento do lucro líquido da sua empresa.

A tabela 7 apresenta os dados absolutos e relativos sobre a finalidade da contabilidade nas empresas rurais na percepção dos gestores.

Tabela 7 – Finalidade da contabilidade na percepção dos gestores das empresas rurais de pequeno porte da microrregião de Iporá-GO em Jul/2017.

| <b>Alternativas</b> | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|
|---------------------|----------------------------|----------------------------|

**CONTABILIDADE RURAL: APOIO E CONTROLE PARA O PROCESSO DE GESTÃO DAS  
EMPRESAS RURAIS DE PEQUENO PORTE DA MICRORREGIÃO DE IPORÁ-GO**

---

|   |           |             |
|---|-----------|-------------|
| Fornecer informações para auxiliar no processo de gestão do campo | 10        | 10,63%      |
| Prestar contas ao fisco   | 60        | 63,82%      |
| Desconhecem a finalidade da contabilidade                         | 24        | 25,53%      |
| <b>Total</b>  | <b>94</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Verificou-se que 63,83% dos entrevistados utiliza a contabilidade para prestar informações ao fisco, 25,53% desconhecem a sua finalidade e apenas 10,63% dos entrevistados afirmam que a contabilidade tem a finalidade de fornecer informações para auxiliar no processo de gestão do campo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer do tempo, observa-se um avanço na tecnologia empregada no campo, mas ela não melhorou o sistema de gestão das empresas rurais de pequeno porte, que ainda passam por diversas dificuldades em virtude da falta de conhecimento sobre a utilização dos registros financeiros. O uso dos sistemas contábeis possibilita a visualização dos lucros ou prejuízos, dos custos de produção, da receita obtida no período, auxiliando os gestores rurais a aferir o seu negócio.

A pesquisa demonstra que 77,65% dos entrevistados não realizam a separação do patrimônio particular com o patrimônio da empresa rural, segundo o princípio da entidade a inexistência da autonomia patrimonial gera uma fragilidade no processo de gestão ao não segregar as operações da propriedade rural com os gastos pessoais, 76,6% das empresas rurais pesquisadas não realizam controle de despesas e de custos, 45,74% dos produtores não realizam nenhum controle financeiro das atividades, 57,44% dos gestores admitem não conhecer o lucro líquido mensal de suas atividades e 63,83% dos entrevistados utiliza a contabilidade para prestar informações ao fisco. Observa-se que a contabilidade rural não é utilizada como instrumento de apoio e controle para o processo de gestão para a maioria das empresas rurais de pequeno porte, suas decisões operacionais e de investimentos não são pautadas em critérios efetivos, e sim na informalidade.

O estudo realizado apresentou limitações quanto ao não levantamento da existência de controle das receitas, o estudo pautou-se na investigação sobre os aspectos de registro de controle autonomia patrimonial, conhecimento de resultados e finalidade da contabilidade, faltando investigar pontualmente aspectos como o uso desses elementos na mensuração,

análise dos resultados, tomada de decisão e planejamento, podem influenciar no gerenciamento dessas empresas. Neste sentido, as limitações do estudo, permite o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da contabilidade rural, analisando aspectos como o uso dos elementos estudados neste estudo pode inferir na mensuração, planejamento, análise dos resultados e tomada de decisão nas empresas rurais.

**RURAL ACCOUNTING: SUPPORT AND CONTROL FOR THE PROCESS OF THE  
MANAGEMENT OF RURAL BUSINESSES OF SMALL OF IPORÁ-GO  
MICROREGION**

**ABSTRACT**

Rural accounting has the purpose of assisting in the support, planning, control and decision making related to the management of rural enterprises, however in small rural enterprises the lack of technical knowledge and notions of financial management are an obstacle to the use of this tool. This paper aims to identify whether rural accounting is used as a management tool by small rural enterprises in the Iporá-GO microregion. To support this analysis, bibliographical research was used to collect information about the accounting system and the calculation of financial reports. The methodology, therefore, is characterized as exploratory, with quantitative approach and analysis of primary data, collected through interviews. The research universe consisted of 94 rural establishments. The analysis of the results allows to infer that most small rural enterprises use accounting to provide information to the rural tax authorities, there is a deficiency in financial control and in the calculation of the monthly net profit of the activities, this situation reveals an extensive object of study in the area, due to the need for financial implementation and monitoring in these companies.

**Keywords:** Rural accounting. Decision making. Accounting records.

**REFERÊNCIAS**

ALENCAR, V. B.; PIRES, S. P. P. Contabilidade rural e gerenciamento: o caso dos produtores da região de Santa Fé em Boa Vista-RR. **Caderno de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, n. 5, p. 8-17, 2014.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. 2005. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. **Lei no 8.023, de 12 de abril de 1990**. Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências. Brasília, 12 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

\_\_\_\_\_. **Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília. **25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm). Acesso em: 08 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, 10 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

\_\_\_\_\_. **Lei 6404/76, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 15 de dezembro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

Borilli, S. P.; Philippsen, R. B.; Ribeiro, R. G.; Hofer, E. **O USO DA CONTABILIDADE RURAL COMO UMA FERRAMENTA GERENCIAL: UM ESTUDO DE CASO DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR.** Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR. v. 6, jan./jun.,2005.

CAFÉ, L.; BRASCHER, M. O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo. **Periódicos UFSC**, 2016.

CALGARO, N. C.; FACCIN, K. Controle financeiro em propriedades rurais: estudos de caso do 3º Distrito de Flores da Cunha. **Global Manager Acadêmica**, v. 1, n. 1, p.1-20, 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 162.

CLEMENTE, A; SOUZA, A.; TAFFAREL, M.; GERIK, W. Perfil das propriedades rurais familiares e controle de custos na região centro-sul do Paraná. **Custos e Agronegócio Online**, v. 6, n. 3, p. 21-43, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre os princípios de contabilidade. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>.

CORRÊA, C. C. **Metodologia da pesquisa científica**. Faculdade do Vale do Juruena, Guarantã do Norte, 2013. 52p.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas 2011.

GODINHO, R. F.; SOARES, V. E.; BERTIPAGLIA, L. M. A.; DIAN, P. H. M. Gestão empresarial em sistemas de produção de leite na microrregião de São João Batista do Glória (MG). **Ciencia et Práxis**, v. 6, n. 12, p. 39-49, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>. Acesso em: 20 fev. 2018.

IMB, 2014. Instituto Mauro Borges Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2018.

KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A. **Gestão de propriedades rurais**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

KRUGER, S. D.; GLUSTAK, E.; MAZZIONI, A. A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, p. 134-153, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, G. J.; MARIONS, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVEIRA, D. S.; ITIKAWA, L. A.; ANDRADE, D. A. ; GIMENES, F. M. P. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL: SEU USO E IMPORTÂNCIA PARA A EMPRESA GAZIN. Revista Tecnológica, Maringá, edição especial SIMEPRO, 2013, P. 73- 78.

Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevTecnol/article/viewFile/24208/13403>. Acesso em 23/02/2019.

SOUSA, A. S. **Os empreendimentos solidários da microrregião de Iporá-GO**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial-MDPT, do Departamento de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SEVERO, P. S.; TINOCO, J. E. O.; OTT, E. Contabilidade de pequeno produtor rural de alimentos: utilização da metodologia Balanço Perguntado. **Custos e @gronegocio on line**, v. 13, n. 2, abr./jun. 2017.